

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

CONCURSO PÚBLICO

TARDE



PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 3

1 Especialmente no que comunica o papel da justiça
eleitoral ao princípio da autenticidade eleitoral, cabe a ela
garantir que prevaleça a vontade do eleitor. Entenda-se: não lhe
4 é cabível exigir ou orientar escolhas melhores, ou escolhas
ideais, apenas fazer valer a escolha expressada legitimamente
pelo eleitor no resultado das urnas. Assim, embora louvável o
7 esforço, não lhe cabe primar por “votos de qualidade”, apenas
pelos votos legitimamente conquistados.

O que macula o processo e a formação da vontade não
10 são os critérios utilizados pelo eleitor (por mais absurdos,
subjetivos ou incoerentes que sejam), mas, sim, o falseamento
de sua vontade. Embora por vezes seja atraente o discurso de
13 que uma das funções da justiça eleitoral seria incentivar o
eleitor a melhor escolher seus candidatos, a utilizar-se de
critérios objetivos e a não levar em conta elementos menores
16 que o interesse público, este não é o seu papel.

Sabe-se que, no Brasil, o eleitor geralmente escolhe
seus candidatos em função de sua imagem social, pelo que os
19 meios de comunicação de massa lhe vendem, ou por aquilo que
é produzido e maquiado no grande mecanismo de promoção
pessoal que é a propaganda eleitoral. No entanto, uma
22 característica essencial da liberdade em nosso processo
democrático é que o eleitor brasileiro não precisa (e não deve)
justificar as suas escolhas. Se não são as melhores
25 (e geralmente não são) cabe às outras ciências identificar e
apresentar soluções ao modo como o brasileiro encara as
questões políticas e seus representantes, mas não ao direito
28 eleitoral. Ao direito eleitoral, por outro lado, cabe zelar pelo
desenvolvimento regular.

Paola Biaggi Alves de Alencar. **A concretização do direito eleitoral a partir dos princípios constitucionais estruturantes**. In: *Revista de Julgados/Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso*, vol. 1, 2002, Cuiabá: TRE/MT, 2002/6 v. p. 99 (com adaptações).

QUESTÃO 1

No que se refere aos aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O mesmo motivo justifica o emprego de vírgula logo depois de “esforço” (l.7) e de “candidatos” (l.14).
- Ⓑ Na linha 2, o pronome “ela” refere-se ao antecedente “autenticidade eleitoral”.
- Ⓒ O pronome “lhe” (l.3) exerce a função de complemento verbal indireto na oração em que se insere.
- Ⓓ Os elementos “Assim” (l.6) e “No entanto” (l.21) expressam ideias equivalentes.
- Ⓔ Os referentes do pronome “lhe” nas linhas 7 e 19 são, respectivamente, “justiça eleitoral” (l.1-2) e “eleitor” (l.17).

QUESTÃO 2

De acordo com o texto,

- Ⓐ ‘votos de qualidade’ (l.7) são votos de eleitores escolarizados e conscientes do processo democrático.
- Ⓑ cabe à propaganda eleitoral promover a imagem social do candidato para que o eleitor possa melhor escolher seu voto.
- Ⓒ é papel da justiça eleitoral incentivar o eleitor a escolher candidatos que privilegiem os interesses públicos.
- Ⓓ o processo democrático brasileiro permite a liberdade de escolha do voto, independentemente das condições de elegibilidade do candidato.
- Ⓔ o papel da justiça eleitoral é garantir os votos legitimamente conquistados, independentemente da qualidade do voto.

QUESTÃO 3

De acordo com o sentido do período “O que macula (...) de sua vontade” (l.9-12),

- Ⓐ as incoerências nos critérios de escolha de candidatos forjam a vontade dos eleitores.
- Ⓑ apesar do falseamento da vontade do eleitor, o que prejudica o processo eleitoral são os critérios pessoais utilizados pelo eleitor em suas escolhas.
- Ⓒ o falseamento da vontade dos eleitores compromete o processo e a formação da vontade de quem escolhe um candidato.
- Ⓓ critérios absurdos, subjetivos ou incoerentes contribuem para o falseamento da vontade do eleitor.
- Ⓔ a vontade do eleitor é subjetiva, por isso é considerada falsa pela justiça eleitoral.

Texto para as questões de 4 e 5

1 Em linhas gerais, o texto da Lei da Ficha Limpa prevê
que, para ficar impedido de concorrer a um cargo público
eletivo, basta que o candidato tenha sido condenado por um
4 órgão colegiado, ainda que ele esteja com recursos em
tramitação, caso muito comum, por exemplo, em condenações
de tribunais eleitorais.

7 Todavia, as discussões sobre essa matéria ainda
aguardam decisão do Supremo Tribunal Federal, cujas teses se
dividem basicamente em duas: uma que defende a
10 inconstitucionalidade da lei, invocando o princípio de que
norma penalizadora mais dura não pode retroagir para
prejudicar o réu e ferir suposto direito adquirido; e a outra, que
13 defende exatamente o princípio oposto, ou seja, o de que não
se trata de norma penal, mas sim de norma restritiva de
direitos, cujo alcance retroativo não é vedado pela
16 Constituição. Esta corrente ainda defende que, na ponderação
de direitos individuais do candidato *versus* o direito coletivo
que tem a sociedade de ver assegurado o princípio da
19 moralidade pública por todo e qualquer cidadão brasileiro,
sobretudo por aquele que deseja ocupar um cargo público
eletivo como representante desta mesma sociedade, este último
22 entendimento é o que deve prevalecer.

Ainda longe do ideal, o cenário também não deixa de
ser animador, de onde se extraem algumas percepções: a
25 cobrança da sociedade pode mudar as leis e a jurisprudência;
a legitimidade da escolha de nossos representantes políticos
deve ser assegurada, e a vontade do eleitor respeitada; é
28 preciso investir tempo e dedicar-se ao conhecimento das regras
eleitorais, para, uma vez as compreendendo, melhor cumpri-
las, até porque, a considerar o endurecimento das normas e a
31 aplicação rigorosa pela justiça eleitoral, um candidato
tecnicamente despreparado ou mesmo mal assessorado, pode
incorrer no velho bordão “ganhou, mas não levou”.

QUESTÃO 4

O autor do texto em questão

- Ⓐ se contradiz ao defender, no segundo parágrafo, ideias opostas em relação à nova lei.
- Ⓑ defende a necessidade de que se conheça as regras eleitorais, como a Lei da Ficha Limpa.
- Ⓒ defende a ideia de que, se um candidato tiver sido condenado por um órgão colegiado, deve ficar impedido de concorrer a um cargo público eletivo.
- Ⓓ possui visão negativa da justiça eleitoral brasileira, uma vez que considera a situação longe do ideal.
- Ⓔ considera duras as leis brasileiras e rigorosa a aplicação destas pela justiça eleitoral.

QUESTÃO 5

Considerando os aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em “direitos individuais do candidato *versus* o direito coletivo” (ℓ.17), o emprego de itálico em “*versus*” justifica-se pelo tom irônico do texto.
- Ⓑ Nas linhas 11 e 12, os verbos “retroagir”, “prejudicar” e “ferir” estão coordenados entre si e subordinados à forma auxiliar “pode”.
- Ⓒ No texto, a expressão “ainda que” (ℓ.4) tem sentido equivalente ao da expressão **desde que**.
- Ⓓ No trecho “o de que não se trata de norma penal” (ℓ.13-14), o emprego da forma plural em **normas penais** implicaria a flexão da forma verbal: **o de que não se tratam de normas penais**.
- Ⓔ No trecho “o de que não se trata de norma penal” (ℓ.13-14), o emprego da próclise em vez da ênclise — **não trata-se** — justifica-se pela presença de palavra negativa antecedendo a forma verbal.

Texto para as questões de 6 a 8

1 Que é democracia? Esta é uma questão controversa,
e muitas interpretações diferentes foram propostas. Designo
democracia como um sistema que envolve competição efetiva
4 entre partidos políticos por cargos e poder. Em uma
democracia, realizam-se eleições regulares e limpas, de que
todos os membros da população podem participar. Esses
7 direitos de participação democrática são acompanhados por
liberdades civis — liberdade de expressão e discussão,
juntamente com a liberdade de formar grupos ou associações
10 políticas e de neles ingressar.

A democracia não é uma questão de tudo ou nada.
Pode haver diferentes formas, bem como diferentes níveis de
13 democratização.

Para chegar a uma explicação melhor, precisamos
resolver o que chamo de o paradoxo da democracia, que
16 consiste na disseminação da democracia pelo mundo, ao
mesmo tempo em que, nas democracias maduras,
supostamente copiadas pelo resto do mundo, há uma
19 desilusão generalizada com os processos democráticos. Na
maioria dos países ocidentais, os níveis de confiança nos
políticos caíram nos últimos anos. Menos pessoas
22 comparecem para votar do que anteriormente. Um número
cada vez maior de pessoas declara não ter interesse em
política parlamentar, especialmente entre as gerações mais
25 jovens.

Para um número crescente de pessoas em todo o
mundo, a vida deixou de ser vivida como destino — como
28 relativamente fixa e determinada. Um governo autoritário
entra em descompasso com outras experiências de vida,
inclusive com a flexibilidade e o dinamismo necessários para
31 se competir na economia eletrônica global. O poder político
baseado no comando autoritário já não consegue se valer de
reservas de deferência tradicional, ou respeito.

Anthony Giddens. **Democracia**. In: **Mundo em descontrolo**.
Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 78-82 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Considerando os aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- A A interpretação da expressão “todo o mundo” (ℓ.26-27), em “Para um número crescente de pessoas em todo o mundo”, é ambígua, assim como a da expressão **todo mundo** em **Em todo mundo há esperança**.
- B No segundo parágrafo, o trecho “diferentes formas, bem como diferentes níveis de democratização” constitui sujeito composto da locução verbal “Pode haver”, razão por que essa locução poderia ser flexionada no plural, da seguinte forma: **Podem haver**.
- C Dado o seu caráter adverbial, a oração “Para chegar a uma explicação melhor” (ℓ.14) poderia ser corretamente deslocada para logo após o trecho “precisamos resolver o que chamo de o paradoxo da democracia” (ℓ.14-15).
- D No período “Para chegar a uma explicação melhor, precisamos resolver o que chamo de o paradoxo da democracia” (ℓ.14-15), a palavra “o” desempenha a mesma função morfossintática em ambas as ocorrências.
- E No trecho “Em uma democracia, realizam-se eleições regulares e limpas” (ℓ.4-5), a substituição da forma verbal “realizam-se” por **ocorrem** manteria o sentido e a correção gramatical do texto.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta de acordo com as ideias do texto.

- A As gerações mais jovens não demonstram interesse em participar dos processos democráticos.
- B Em uma democracia, todas as pessoas podem votar para escolher seus representantes.
- C A democracia implica competição entre os partidos políticos de uma sociedade.
- D Os membros da população têm liberdade absoluta em uma democracia.
- E Devido a uma desilusão generalizada em relação aos processos democráticos, a democracia tem-se restringido a poucas manifestações ao redor do mundo.

QUESTÃO 8

Considerando que cada uma das opções abaixo apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto — indicado entre aspas —, assinale a opção em que a reescrita, além de manter o sentido da informação originalmente apresentada, também preserva a correção gramatical.

- A “Esta é uma (...) foram propostas” (ℓ.1-2): Eis uma questão polêmica, e muitas interpretações contrárias foram sugeridas.
- B “Para chegar a (...) paradoxo da democracia” (14-15): Para que a situação seja melhor explicada, devemos solucionar o que chamo de as desigualdades de uma sociedade democrática.
- C “Para um número (...) fixa e determinada” (ℓ.26-28): Para um número crescente de pessoas em todo o mundo, o destino de cada uma delas passou a ser indeterminado.
- D “Em uma democracia, (...) podem participar” (ℓ.4-6): Nas democracias, as eleições caracterizam-se por serem frequentemente honestas e participativas.
- E “O poder político (...) ou respeito” (ℓ.31-33): O poder político de comando impositivo já não consegue se valer de respeito.

QUESTÃO 9

No que se refere às comunicações oficiais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ofício é modalidade de comunicação que tem por finalidade o tratamento de assuntos oficiais entre órgãos da administração pública apenas.
- Ⓑ Apesar de sua flexibilidade, o correio eletrônico segue uma estrutura definida, visando manter a uniformidade na comunicação.
- Ⓒ Os pronomes de tratamento são comumente usados para demonstrar respeito a pessoas de hierarquia superior.
- Ⓓ A mensagem é expediente utilizado pelos chefes de poder para informar o vice-presidente da República de determinado assunto.
- Ⓔ A principal característica do memorando é a agilidade. Por isso, os despachos referentes ao assunto nele tratado devem ser dados no próprio documento.

QUESTÃO 10

Considerando que, de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (2002), “A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade”, assinale a opção em que o fragmento apresentado atende esses requisitos.

- Ⓐ Dada a abertura do nosso próximo seminário, cujas inscrições encontram-se abertas até o dia 17 de fevereiro, encaminhamos cartazes promocionais e pedimos para que os mesmos sejam afixados nos cartórios eleitorais do estado.
- Ⓑ Solicitamos que essa unidade faça um levantamento das demandas de equipamentos a serem adquiridos para atender os setores responsáveis pelo atendimento ao cidadão. Sem mais, renovamos votos de estima e apreço.
- Ⓒ Encaminhamos o processo em anexo ao diretor-geral, com análise concluída pelo setor de compras, para que sejam tomadas as providências necessárias referentes à solicitação daquela diretoria, e que depois seja dado o devido encaminhamento de restituição do processo a esta secretaria.
- Ⓓ Em virtude de compromissos assumidos anteriormente, não será possível a presença do secretário de gestão de pessoas na mesa de abertura do seminário que realizar-se-á no próximo dia 25, pelo que lamentamos e desejamos sucesso na realização do evento.
- Ⓔ Diante das necessidades desta instituição, encaminhamos a Vossa Senhoria termo de cooperação que pleiteia a descentralização de recursos para a construção de prédio anexo ao edifício sede.

QUESTÃO 11

Tendo em vista o fato de que, conforme o **Manual de Redação da Presidência da República** (2002), “A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade”, assinale a opção em que o fragmento apresentado atende esses requisitos.

- Ⓐ Informamos que a Secretaria de Administração e Finanças, em sua 112.ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2012, aprovou a minuta de resolução que trata da proposta de regulamentação do programa de desenvolvimento.
- Ⓑ Após análise dos documentos acostados ao pedido de compra de suprimentos de informática para o gabinete da secretaria judiciária, conclui-se que a documentação encaminhada deverá ser complementada com o envio dos documentos abaixo descritos.
- Ⓒ Em consequência, a comissão responsável pelo projeto, aprovou a proposta daquela comissão, de estender o prazo de execução do projeto por um período adicional de seis meses, de modos que o calendário de atividades inicialmente previsto para finalização do Projeto fique prorrogado pelo prazo estabelecido.
- Ⓓ Considerando que necessitamos contar com um aparelho *datashow* no auditório do prédio da escola judiciária eleitoral, solicitamos a gentileza de doar um exemplar do referido aparelho que muito facilitará nas apresentações de palestras em nosso auditório.
- Ⓔ Encaminhamos, para conhecimento, cópia da Portaria n.º 100/2012, que trata da criação da citada comissão e da indicação dos seus membros, cuja minuta de regulamento será objeto de análise e discussão na sua primeira reunião.

QUESTÃO 12

Quanto às características da redação oficial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para se obter a concisão em documentos oficiais, é suficiente utilizar o princípio da economia linguística, cortando termos e passagens para reduzir o texto.
- Ⓑ Para facilitar o entendimento, deve-se privilegiar o emprego da linguagem técnica nos documentos oficiais.
- Ⓒ A impessoalidade pode ser alcançada utilizando-se, apenas, o verbo conjugado em terceira pessoa do singular ou primeira pessoa do plural.
- Ⓓ A formalidade restringe-se ao padrão ofício de formatação.
- Ⓔ Para atingir a clareza, além de cumprir com as demais características da redação oficial, é necessário revisar o texto pronto.

QUESTÃO 13

Considerando as disposições constitucionais acerca da elegibilidade e inelegibilidade, assinale a opção correta.

- A** Qualquer estrangeiro que possua domicílio eleitoral na circunscrição em que for votar pode alistar-se e tornar-se eleitor no Brasil.
- B** Menor com dezessete anos de idade, alistado, pode ser eleito para o mandato de vereador.
- C** O conscrito não pode alistar-se como eleitor durante o período do serviço militar obrigatório.
- D** Qualquer pessoa maior de idade, alistada, é elegível para o mandato de prefeito municipal, ainda que esteja com os direitos políticos suspensos.
- E** Pessoa analfabeta com trinta anos de idade pode ser eleita para o cargo de deputado federal, desde que seja alistada.

QUESTÃO 14

Com relação às disposições do texto constitucional acerca dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A** O texto constitucional não admite lei de iniciativa popular.
- B** Não há previsão constitucional para o exercício direto da soberania popular.
- C** O direito de sufrágio abrange a alistabilidade e a elegibilidade, concebidas, respectivamente, como a capacidade de votar e de eleger e a de ser votado e de ser eleito.
- D** O plebiscito consiste em consulta posterior aos cidadãos a respeito de determinado ato legislativo, com vistas à sua ratificação popular.
- E** Ao Congresso Nacional é conferida a prerrogativa de cassar os direitos políticos de parlamentares.

QUESTÃO 15

Considere que Paulo, prefeito municipal, tenha sido reeleito para um segundo mandato em 2012. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Infere-se da situação, em face da exigência constitucional de desincompatibilização, que, para candidatar-se à reeleição em 2012, Paulo deve ter renunciado ao seu primeiro mandato pelo período de até seis meses antes das eleições.
- B** Paulo poderá candidatar-se a vereador do mesmo município, em 2016, desde que se desincompatibilize do cargo, renunciando ao segundo mandato de prefeito até seis meses antes do pleito.
- C** De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), Paulo estará impedido, de maneira absoluta, de exercer um terceiro mandato em seu município, seja ele sucessivo ou não.
- D** Nas próximas eleições, em 2016, Paulo poderá candidatar-se a vice-prefeito do mesmo município.
- E** Caso renuncie ao mandato para o qual foi reeleito, Paulo poderá candidatar-se à prefeitura do mesmo município nas próximas eleições, em 2016.

QUESTÃO 16

Considerando o que dispõe a CF acerca da administração pública, assinale a opção correta.

- A** As funções de confiança podem ser livremente preenchidas pela administração.
- B** A CF garante ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- C** Os servidores públicos não possuem direito constitucional à greve.
- D** É exigida a prévia aprovação em concurso público de provas e títulos para a investidura em cargo público, ainda que o cargo seja declarado, em lei, de livre nomeação e exoneração.
- E** O prazo de validade de concurso público pode ser de até cinco anos, vedada qualquer prorrogação.

QUESTÃO 17

Com relação aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional no exercício de mandato eletivo, assinale a opção correta.

- A** No caso de afastamento de servidor público para exercício de mandato eletivo, os valores devem ser determinados, para efeito de benefício previdenciário, como se o servidor em exercício estivesse.
- B** O servidor público eleito prefeito deve ficar afastado do cargo que ocupa e perceber, necessariamente, a remuneração referente ao cargo eletivo.
- C** O servidor público investido no mandato de vereador deve ser necessariamente afastado do cargo, independentemente da compatibilidade de horários.
- D** O tempo de serviço de servidor público afastado do cargo para o exercício de mandato eletivo deve ser contado para todos os efeitos, inclusive para efeito de promoção por merecimento.
- E** O servidor público investido em mandato de deputado estadual deve acumular o exercício do cargo, emprego ou função pública com o cargo para o qual tenha sido eleito.

QUESTÃO 18

Assinale a opção correta a respeito dos tribunais eleitorais.

- A** Dois membros dos TREs devem ser nomeados pelo presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo tribunal de justiça.
- B** Somente haverá TRE nas capitais em que haja, no mínimo, um milhão de eleitores.
- C** Os presidentes dos TREs devem ser eleitos por votação dos servidores do tribunal e dos advogados militantes no respectivo estado.
- D** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) compõe-se de sete ministros eleitos por voto secreto entre os membros dos tribunais regionais eleitorais (TREs).
- E** As decisões dos TREs são irrecorríveis, em qualquer hipótese.

QUESTÃO 19

João foi demitido do serviço público por ter praticado falta grave. Dois anos depois, conseguiu anular, por meio de ação judicial, a decisão administrativa que o demitiu. Além de anular o ato administrativo, a decisão judicial determinou que João voltasse ao cargo público que ocupava anteriormente.

De acordo com essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a forma de investidura utilizada para que João volte a ocupar o cargo público.

- A** recondução
- B** aproveitamento
- C** reversão
- D** readaptação
- E** reintegração

QUESTÃO 20

Assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.112/1990.

- A** A prestação de serviço militar nas Forças Armadas suspende a contagem de tempo de serviço e o período não será considerado para efeito de aquisição de direitos e benefícios previstos na Lei n.º 8.112/1990.
- B** O servidor em estágio probatório não poderá licenciar-se para fins de atividade política.
- C** A remuneração do servidor público, incluindo-se as gratificações, adicionais e indenizações, é irredutível.
- D** É permitido ao servidor ausentar-se do serviço por oito dias em razão de morte dos pais, madrasta, padrasto, enteados e irmãos.
- E** O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual cooperar-se-á sem prejuízo da remuneração do cargo.

QUESTÃO 21

Maria, servidora pública federal, foi eleita para o cargo eletivo de vereadora do município de seu estado natal, cidade onde já exerce cargo efetivo.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta sobre a situação funcional de Maria à luz do que prevê a Lei n.º 8.112/1990.

- A** Maria deverá necessariamente optar pela remuneração do cargo efetivo.
- B** Maria terá que pedir exoneração, visto que os referidos cargos são inacumuláveis.
- C** Caso Maria seja transferida de ofício para outro estado, ela deverá renunciar ao mandato de vereadora ou pedir exoneração do cargo efetivo.
- D** Se houver compatibilidade de horário, Maria poderá receber as vantagens de seu cargo cumuladas com a remuneração do cargo de vereadora.
- E** Ao ser diplomada em cargo de mandato eletivo, Maria ficará automaticamente afastada do cargo efetivo.

QUESTÃO 22

No que se refere às vedações e penalidades previstas para o servidor público federal, assinale a opção correta.

- A** A pena máxima prevista para o servidor que proceder de forma desidiosa é a suspensão por cento e vinte dias.
- B** É vedado ao servidor público federal exercer o comércio, inclusive na qualidade de acionista ou cotista.
- C** A pena disciplinar para a acumulação ilegal de cargos públicos é a de suspensão.
- D** O servidor público federal não pode manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil, sob pena de sofrer pena de advertência.
- E** O servidor penalizado com suspensão pode optar por converter a pena em multa, na base de 50% do salário por dia de vencimento ou remuneração e, assim, continuar trabalhando.

QUESTÃO 23

Carlos, servidor público federal há onze meses, pretende disputar eleições para uma vaga de deputado federal. Para tanto, protocolou no órgão em que está lotado um pedido de licença do cargo para o exercício de atividade política.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta quanto à disciplina da licença requerida por Carlos.

- A** Caso Carlos exerça cargo de direção, chefia ou assessoramento na localidade onde pretende se candidatar, ele deverá ser afastado, a partir do dia imediato ao da sua escolha como candidato em convenção partidária.
- B** Carlos tem direito a licença com vencimentos integrais, a partir do registro da candidatura na Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao pleito, desde que esse período não ultrapasse três meses.
- C** O período em que Carlos estiver licenciado deve ser computado para fins de aposentadoria e estágio probatório.
- D** Carlos tem direito à licença com remuneração durante o período que mediar entre sua escolha como candidato, em convenção partidária, e o registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- E** Carlos não poderá obter essa modalidade de licença, porque ele está em estágio probatório.

QUESTÃO 24

Considere que Luísa tenha sido aprovada em concurso público para o cargo de auditora da Receita Federal, tendo sido nomeada para assumir o cargo em outro estado da federação. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Caso Luísa não possua imóvel no local de lotação, ela terá direito a auxílio-moradia.
- B** Se por necessidade do serviço Luísa trabalhar além da jornada de quarenta horas semanais, ela deve ser remunerada com acréscimo de cem por cento em relação à hora normal de trabalho.
- C** Na hipótese de Luísa trabalhar horas extras, além da jornada regular de trabalho, no período noturno, ela terá direito ao acréscimo do adicional noturno que incidirá sobre a remuneração do adicional por serviço extraordinário.
- D** Luísa poderá tirar férias após doze meses de exercício e converter um terço das férias em abono pecuniário.
- E** Após cinco anos de efetivo exercício, Luísa fará jus ao adicional por tempo de serviço.

QUESTÃO 25

Manoel, servidor público estável de uma fundação pública, faltou ao serviço por diversos dias sem qualquer justificativa, razão pela qual seu superior hierárquico determinou que o fato fosse apurado, com posterior aplicação da Lei n.º 8.112/1990 no que se refere ao processo administrativo disciplinar. Uma comissão de sindicância, após regular processamento, ouvido o servidor, concluiu que as faltas de Manoel ao serviço eram habituais e sem qualquer justificativa legal.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A materialidade da infração de Manoel ficará caracterizada pela indicação dos dias de falta ao serviço sem justificativa, por período igual ou superior a sessenta dias intercalados, num de prazo de doze meses.
- B** A inassiduidade habitual somente fica caracterizada se for comprovado que Manoel faltou ao serviço de forma intencional por mais de trinta dias.
- C** A penalidade aplicada para o caso de inassiduidade habitual é a advertência e desconto dos dias não trabalhados.
- D** A abertura de sindicância suspende o curso do prazo de prescrição até a decisão final da autoridade competente.
- E** A administração tem o prazo máximo de dois anos, a contar do conhecimento do fato, para aplicar a penalidade a Manoel.

QUESTÃO 26

Com base no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (RI-TRE/MS), assinale a opção correta com relação à organização do tribunal.

- A** Compete ao presidente da República nomear juiz do TRE/MS, com base em lista tríplice indicada pelo tribunal de justiça do estado e formada por qualquer cidadão de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- B** Não há impedimento a que primos sejam escolhidos juízes do TRE/MS para o mesmo biênio.
- C** É vedada a nomeação de um mesmo juiz do TRE/MS para dois biênios consecutivos.
- D** Os advogados e o juiz federal que compõem o TRE/MS são eleitos pelo voto secreto.
- E** Os juízes de direito são escolhidos pelo Tribunal Regional Federal competente.

QUESTÃO 27

No tocante à posse, licença, férias e convocação de substitutos do TRE/MS, assinale a opção correta de acordo com o RI-TRE/MS.

- A** Os juízes eleitorais podem ter suas férias interrompidas por exigência do serviço eleitoral, devendo o TRE/MS indenizar os dias restantes não gozados.
- B** O juiz afastado de suas funções na justiça comum por motivo de licença poderá ser afastado na justiça eleitoral mediante autorização do plenário do TRE/MS.
- C** Se um juiz efetivo estiver impedido, o substituto será convocado apenas se assim o exigir o *quorum* legal.
- D** A posse dos juízes efetivos e dos substitutos dar-se-á perante o Tribunal Pleno do TRE/MS, com a lavratura do termo competente.
- E** Se dois juízes tomarem posse na mesma data, o primeiro critério para definir a precedência entre eles (antiguidade) será a idade.

QUESTÃO 28

Em relação ao corregedor regional eleitoral e ao procurador regional eleitoral do TRE/MS, assinale a opção correta à luz do Regimento Interno desse tribunal.

- A** O procurador regional eleitoral, membro do Ministério Público estadual, é designado pelo procurador geral de justiça do estado.
- B** A competência do corregedor na aplicação de penas disciplinares a funcionários das zonas eleitorais exclui a dos respectivos juízes eleitorais.
- C** O corregedor regional eleitoral, no desempenho de suas atribuições, poderá locomover-se para zonas eleitorais, a requerimento de partido político.
- D** Cabe ao corregedor regional eleitoral conhecer das reclamações contra juízes eleitorais e, se julgar regimentalmente adequado, aplicar-lhes a pena disciplinar de advertência.
- E** É vedado recurso das decisões disciplinares do corregedor regional.

QUESTÃO 29

De acordo com o RI-TRE/MS,

- A** ao juiz relator é vedado delegar atribuições aos juízes eleitorais.
- B** ao relator compete, entre outras atribuições, presidir as audiências de instrução e nomear defensor dativo.
- C** o revisor deverá ser o juiz eleitoral imediatamente mais antigo que o relator, ou seja, o primeiro na ordem crescente de antiguidade.
- D** as decisões do relator relativas às suas atribuições serão irrecorríveis.
- E** o relator poderá decidir monocraticamente em todos os processos de competência do tribunal.

QUESTÃO 30

No que se refere ao julgamento dos feitos no TRE/MS, assinale a opção correta de acordo com o Regimento Interno desse tribunal.

- A** É vedado a cada parte constituir mais de um advogado.
- B** Nos embargos de declaração, o prazo para sustentação oral é estabelecido pelo presidente do tribunal.
- C** O juiz que não assistir à apresentação do relatório não poderá votar.
- D** No julgamento dos processos originários do TRE/MS, após a apresentação do relatório, os advogados das partes poderão usar da palavra somente uma vez no prazo de dez minutos.
- E** É vedado ao juiz modificar seu voto, ainda que a modificação ocorra antes de ser proclamada a decisão.